

VIRIATO

Mauricio Pastor Muñoz

VIRIATO

O herói lusitano que lutou pela
liberdade do seu povo

Edição revista e aumentada

Prefácio e adaptação à edição portuguesa
José d'Encarnação

Tradução
Luís Santos

a esfera  dos livros

A Esfera dos Livros
Largo Rafael Bordalo Pinheiro, n.º 16
1200-369 Lisboa – Portugal
Tel. 213 254 101
Fax: 213 254 104
www.esferadoslivros.pt

Distribuição: Sodilivros, SA
Praceta Quintinha, lote CC4 – 2.º Piso r/c e c/v
2620-161 Póvoa de Santo Adrião
Tel. 213 815 600
Fax: 213 876 281
geral@sodilivros.pt

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Título da edição original: *Viriato*
© Mauricio Pastor Muñoz, 2004
© A Esfera dos Livros, 2006

1.ª edição: Setembro de 2006
Capa:

Prefácio e adaptação: José d'Encarnação

Tradução: Luís Santos
Revisão: Francisco Paiva Boléo
Paginação: Mariano
Impressão e acabamento: Tilgráfica
Depósito legal n.º
ISBN

ÍNDICE

<i>Prefácio à edição portuguesa</i>	11
<i>Prefácio da edição original</i>	23
Introdução	27
I. A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO II a. C.	
Roma e Cartago em luta pelo domínio da Hispânia – A Segunda Guerra Púnica na Bética – Fim do domínio cartaginês na Hispânia – As províncias romanas da Hispânia	33
II. VIRIATO, PERSONAGEM HISTÓRICO	
Nome e local de nascimento – Principais fontes antigas – Infância, juventude e primeiros anos de maturidade – O casamento de Viriato.....	44
III. VIRIATO, GUERREIRO	
Personalidade – Estratégia militar: a guerra de guerrilhas – O exército de Viriato – Distribuição do espólio	63
IV. VIRIATO E O POVO LUSITANO	
Origem dos Lusitanos – Espaço geográfico – Etnias e tribos – Língua e escrita.....	79
V. A SOCIEDADE LUSITANA	
Regime político – Regime gentilício – O bandoleirismo lusitano – Viriato e a sociedade lusitana	91
VI. A ECONOMIA LUSITANA	
Agricultura e criação de gado – Mineração e indústria – Comércio e rotas de comunicação – Povoamento e urbanismo.....	107
VII. A RELIGIÃO LUSITANA	
Divindades indígenas – Divindades indígenas e a sua interpretação romana – Organização do culto – Sacrifícios humanos	121

VIII. ROMA E O POVO LUSITANO	
Política imperialista de Roma – Atitude romana face aos Lusitanos – Lusitânia, província romana – Persistência do indigenato lusitano	131
IX. A CONQUISTA DO TERRITÓRIO LUSITANO	
Política de Roma face à conquista – Antecedentes das Guerras Lusitanas – Púnico, César e Cauceno – O massacre de Galba..	141
X. VIRIATO E A GUERRA LUSITANA	
Carácter das Guerras Lusitanas (147-139 a. C.) – A derrota de Caio Vetúlio – Novas vitórias de Viriato – As campanhas de Q. Fábio Máximo Emiliano	155
XI. VIRIATO NO AUGE DO SEU PODER	
Preocupação do Senado com as vitórias de Viriato – O Senado nomeia Q. Fábio Máximo Serviliano – Viriato e o tratado de paz com Roma – A atitude romana perante o tratado.....	169
XII. FIM DA GUERRA LUSITANA	
Q. Servílio Cepião quebra a paz – Traição e morte de Viriato – Táutalo e o fim da guerra lusitana – A ocupação da Lusitânia por Roma	183
XIII. VIRIATO, CHEFE LUSITANO	
Chefia de Viriato na Hispânia Ulterior – Viriato, chefe de toda a Lusitânia? – Viriato, chefe redistributivo? – Viriato, aliado e amigo de Roma?.....	201
XIV. VIRIATO, PERSONAGEM MÍTICO	
A criação de um mito – Apropriação portuguesa do mito de Viriato – Apropriação espanhola do mito de Viriato – Iconografia de um herói sem imagens	213
XV. VIRIATO, HERÓI E REI	
Viriato, herói e rei guerreiro? – Viriato, rei dos Lusitanos? – Viriato, herói ou rei cínico? – Viriato, herói alheio? – Viriato, Rómulo de Hispânia?.....	227
XVI. O LEGADO DE VIRIATO	
Viriato e Sertório – A fama de Viriato – Viriato na literatura e na arte – Viriato e a posteridade	257
CRONOLOGIA.....	275
FONTES E BIBLIOGRAFIA	279

A Virgínia, por toda uma vida.

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

VIRIATO – HISTÓRIA E SÍMBOLO...

«**M**OCIDADE PORTUGUESA PRESENTE» – por ocasião do seu 2.º Encontro Nacional, em 1958, realizado em Viseu, uma placa de bronze, com o emblema da Mocidade Portuguesa, foi afixada no pedestal granítico da estátua brônzea de Viriato, em Viseu, e tinha estes dizeres. Perto, mas fazendo parte do monumento original, outras duas legendas se liam:

«Aqui mergulham as raízes desta raça viva e forte – imortal na sua essência.»

«No ano de 1940, o povo desta terra comemora os feitos de Viriato.»

Debruçaram-se Carlos Fabião e Amílcar Guerra sobre os traços iconográficos que esta escultura apresenta, no artigo de 1998 que Maurício Pastor refere na bibliografia deste volume¹. E valerá a pena recordá-los:

«O herói lusitano aparece, barbado, como sempre [...], com túnica curta, cingida na cintura, empunhando uma falcata e defendendo-se com um pequeno escudo redondo, de umbo metálico, radiado. Atrás de si, outros guerreiros empunham espadas

¹ «Viriato: em torno da iconografia de um mito», *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 de Julho de 1997)*, Cascais, 1998, pp. 33-79.

de antenas, ditas do “tipo Alcácer do Sal” – assim chamadas por terem sido identificadas na necrópole da Idade do Ferro ali escavada no século passado e princípios deste.»

Há, pois, concluem os dois investigadores, uma clara intenção de reproduzir aqui «objectos conhecidos pela investigação arqueológica, buscando a composição de uma imagem com um marcado cunho de autenticidade» (pp. 49-50).

Plantou-se a escultura junto ao monumento tradicionalmente conhecido por «Cava de Viriato», designação que pretende autenticar com um documento real, visível no terreno, o que os livros documentavam: tendo seu território-mãe este interior profundo de Portugal, Serra da Estrela à vista, Viriato aqui se acantonara, em dado momento da sua belicosa existência, para dar cabo do romano invasor.

O herói que apenas carece de armas poucas, de alguns amigos fiéis e, de rosto feaçanhudo, pronto está para, a todo o custo, defender o solo pátrio. Daí a oportunidade da legenda: «Aqui mergulham as raízes desta raça viva e forte – imortal na sua essência.» A «cava» é símbolo, é terra-mãe onde solidamente se fixam raízes; da sua seiva nascerá uma raça «viva», uma raça «forte», uma raça «imortal», pois nada a poderá fazer soçobrar, ainda que, de quando em vez, pareça estar debilitada. Importa é frisar que a sua essência é imortal. Só faltaria ajuntar: «como Cristo, um dia, prometeu a Afonso Henriques, antes da decisiva batalha de Ourique contra a mourama».

Insere-se o monumento, como Maurício Pastor Muñoz bem salienta, neste fervoroso movimento nacionalista que, em 1940, «rejuvenesceu» o país, na solene comemoração de dois patrióticos centenários: o terceiro sobre a dominação filipina, o oitavo sobre a fundação da Nacionalidade. Diríamos que Viriato assumia, aí, na rudeza do «pastor dos Montes Hermínios» a estratégia militar de um Afonso Henriques a lutar contra a mãe que se passara para o «inimigo» de Leão e de Castela; e a coragem ousada dos conjurados do 1.º de Dezembro de 1640, paladinos de um D. João que

assumiria de pronto as rédeas do poder e levaria de vencida os Espanhóis...

Sobre a «cava» já voltaremos, porque importa, desde já, observarmos outra imagem, essa de teor ainda mais oficial, porque integrada numa gramática decorativa do século XIX, no arco da Rua Augusta, «alegoria triunfal da Nação, com intuítos pedagógicos»: VIRTVTIBVS MAIORVM VT SIT OMNIBVS DOCUMENTO – «Às virtudes dos maiores, para que a todos sirva de documento.» Também para ela chamaram a atenção Carlos Fabião e Amílcar Guerra (*ibidem*, p. 48):

«O herói aparece representado aqui com túnica clássica, cingida na cintura, de longos cabelos e face barbada», isto é, correspondendo à noção clássica de «chefe bárbaro, sóbrio, frugal e justo».

Por conseguinte, em meados do século XIX¹, Viriato figura entre os nossos «maiores», ao lado de Vasco da Gama e de Nun'Álvares Pereira, por exemplo.

No átrio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, há duas pinturas murais: à esquerda, o tema é a Cultura Clássica, da autoria de Joaquim Rebocho; à direita, num outro grande fresco, da autoria de Severo Portela Júnior, o Génio Português é evocado através de personagens como Camões, o Infante D. Henrique, o padre António Vieira, Alexandre Herculano e outros. Viriato está ausente.

Sintomáticas, pois, estas presenças e a sua iconografia, como sintomática poderá ser, em 1955, a ausência de uma alusão ao mito do «herói fundador», no átrio de uma Faculdade de Letras gizada pelo Estado Novo.

No século XVIII, após o terramoto, estamos numa época de renascer das cinzas, digamos assim: há uma luta pela frente, há

¹ Informam C. Fabião e A. Guerra que, embora o projecto desta alegoria constasse dos planos ao tempo do Marquês de Pombal, «somente em 1873 foi concluído [...] não sem que antes se tenham verificado importantes polémicas em torno da sua iconografia e da própria inscrição que deveria ostentar» (p. 48).

que ser heróis – e aí está Viriato, no seu pleno papel de lutador. Na década de 40, o espírito nacionalista andava titilado ao máximo, comemoravam-se vitórias pela integridade do território, pela libertação – e Viriato não podia deixar de ser abnegado exemplo, um exemplo real, despido de manhãs de nevoeiro, porque os seus homens usavam armas bem reais, que os arqueólogos haviam descoberto, era assim. Compreende-se, pois, que, em 1958, a Mocidade Portuguesa o tenha querido homenagear, arvorando-o em ídolo. Na Faculdade de Letras, optou-se por uma visão mais cultural – que lutas, ali, não eram, de certeza, bem-vindas.

Aliás, a propósito desse duplo aspecto – de guerrilheiro e de «general» – que Viriato pode assumir, são também assaz elucidativas as reflexões feitas por Maurício Pastor. Interessa o general quando está em causa o valor militar, a luta armada em que os principais valores são a defesa do «solo pátrio»; já não interessa acentuar o carácter de «bandoleirismo», que as lutas lusitanas não deixaram de assumir, quando a guerrilha começou a «inquinar» o *statu quo*. Maurício Pastor refere-o em relação à ditadura de Franco; nós podemos citá-lo no âmbito das lutas ditas «subversivas» contra o Estado Novo e, mais tarde, da guerrilha «terrorista» no Ultramar português. As possibilidades de comparação eram evidentes e, por isso, o melhor era mesmo... «não levantar muito a lebre», não apresentar modelos!

Nesse domínio, a já citada reflexão levada a efeito por Carlos Fabião e Amílcar Guerra (1998) reveste-se de grande oportunidade, mormente quando, em jeito de conclusão, se assinala a ausência, durante muito tempo – e, sobretudo, do lado português – de projectos de investigação acerca dos Lusitanos:

«É compreensível que, sob o Estado Novo, com a peculiar perspectiva histórica que o caracterizava, tais projectos não fossem particularmente acarinhados, por conterem, previsivelmente, uma promessa de revisão da imagem construída, que servia perfeitamente, tal qual estava.» (P. 52.)

E não deixa também de ser curioso assinalar que já o artigo que ambos os autores haviam publicado seis anos antes¹, sobre a genealogia do mito de Viriato, haja suscitado, segundo os próprios referem (1998, p. 52), «insólitas reacções de patriótico fervor».

O presente livro de Maurício Pastor Muñoz vem, pois, na hora exacta, repor toda uma reflexão que importava fazer, contextualizando-a quer na actualidade, quer nos tempos quase coevos do «herói», quer nas épocas intermédias da história universal em que esses mitos e seus personagens vieram ao de cima, com intuítos que não deixam de ser «universais»².

Hoje, todos estamos conscientes de que a objectividade em História, se não é um mito (e anátema seria eu se o proclamasse!), tem, pelo menos, vertentes (digamos assim), que determinam o olhar. E nada mais natural, nos nossos dias, que, perante a globalização, se procurem chamar a primeiro plano as identidades nacionais, regionais e locais. Vemo-lo por toda a parte, a servir os mais diversos objectivos, inclusive científicos.

E este será, a meu ver, um dos primeiros méritos da investigação que Maurício Pastor levou a efeito: mostrar como uma figura histórica foi tendo, ao longo do tempo, «imagens» interpretativas de acordo com a filosofia, a mentalidade que estava subjacente a quem a ela se referia. Quando a Mocidade Portuguesa, em 1958, proclama que está presente junto ao monumento que assinala o arrancar de uma luta pela independência do solo pátrio, nada mais está a fazer do que um filósofo da escola cínica da Antiguidade Clássica que empresta a Viriato as virtudes, as atitudes, o modo de acção que ilustram tal filosofia. Tinha Viriato que partir com a noiva em desfilada, ainda a boda se não

¹ Amílcar GUERRA e Carlos FABIÃO, «Viriato: Genealogia de um mito», *Penélope*, 8, 1992, pp. 9-23.

² Recorde-se que o autor já se dedica ao tema há algum tempo e que o livro *Viriato – La Lucha por la Libertad*, Madrid, 2000, foi também traduzido para português, conhecendo, em Abril de 2004, a sua 5.^a edição, um sintoma acrescido do interesse que esta problemática desperta.

dera por concluída; tinha Viriato de ser dadivoso para com os seus companheiros de luta; tinha Viriato de ser rude pastor habituado a sofrer na pele a fúria das intempéries; tinha Viriato de se contentar com pouco, poucas falas, muita acção... Assim concebemos os heróis! Ou seja, as perspectivas de análise determinam o que se vê e o que se acentua, independentemente de – como concluem Carlos Fabião e Amílcar Guerra (e Maurício Pastor o assinala por diversas vezes) –, definitivamente, Viriato não ter sido «nem português nem espanhol: foi e será sempre e apenas um lusitano» (p. 53).

Sertório († 72 a. C.) será, também ele, um herói «nosso». Talvez ainda mais nosso, na mentalidade que fomos criando. E, neste caso, o contra-senso ainda é maior! De Viriato se sabe, vagamente, que terá nascido no ocidente peninsular; Sertório é, ao invés, um foragido das guerras civis romanas; aqui se refugia, aqui organiza adeptos, aqui prossegue a luta, que só «manipuladamente» se pode considerar lusitana e – muito menos, claro! – «portuguesa» contra o colonizador estrangeiro.

E aqui entra, necessariamente, André de Resende¹. As suas *Antiguidades da Lusitânia* inserem-se num clima claramente antiespanhol² e, além de Viriato, é Sertório o seu «herói». Um herói culto, devoto, que em Évora se instala, fazendo da cidade o quartel-general das suas operações bélicas: «Escolha acertada, porque se situa

¹ Cfr. em Raul Miguel Rosado Fernandes, *Em Busca das Raízes do Ocidente*, I, Lisboa, 2006, o capítulo «Raízes do Nacionalismo Português em André de Resende» (pp. 295-315).

² Escreve Rosado Fernandes (2006, p. 309): «São estas pequenas coisas que o ajudam a tecer uma teia nacionalista na qual pouco a pouco inserirá factos bem mais importantes de ordem histórica e política, como seja Viriato, entre outros, Sertório e outros heróis da Antiguidade ou medievos com os quais tentará formar um núcleo inultrapassável de bravura e celebridade, pela coragem e espírito de sacrifício ou pela indomável bravura. Pois não era esta a época em que os intelectuais castelhanos chamavam a Portugal, Portugalzito, ou Portugalzinho, conforme traduzimos o latim Portugaliola?»

a cidade no meio da Lusitânia e tem solo fértil, podendo, em caso de necessidade, partir dela e rapidamente colocar-se em todo o lado. Aí tinha a sua casa, ainda hoje de pé, a escrava Júnia Donace e três libertos. Daí tinha conduzido a primeira coorte para a guerra.»¹ É, no entanto, André de Resende intrépido defensor da imagem de Viriato, «primeiro pastor, depois caçador, homem de argúcia extrema e hábil em evitar os perigos», varão de «admirável coragem e moderação a ponto de, depois de ter travado tantas batalhas, nem sequer usar armas mais cuidadas do que as dos outros nem mudar o vestuário ou a alimentação, de tal modo que qualquer soldado parecia mais rico do que o próprio chefe», equilíbrio de alma que «não costuma existir nos hábitos dos ladrões» (*ibidem*, pp. 153 e 154); mas, para ele, repito, herói «verdadeiro» – ou ainda «mais herói» – é, sem dúvida, Quinto Sertório, «homem da maior e também da mais funesta coragem, chefe de grande experiência militar» (p. 159).

Surge, pois, a investigação de Mauricio Pastor Muñoz no momento certo da historiografia peninsular. Urgia rever os textos antigos, pô-los lado a lado, cotejá-los com os dados da Linguística, da Arqueologia, da Epigrafia... enfim, de todo um conjunto de ciências que, nomeadamente a partir da década de 70 do século passado, começaram a ganhar jus de maior presença nos *curricula* universitários quer a nível de docência quer no âmbito da investigação. E se uma obra como a (citada) de João Aguiar, *A Voz dos Deuses*, memórias de um eventual companheiro de armas de Viriato, se baseia fundamentalmente nas *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos, publicadas nos primeiros anos do século XX – e, daí, a importância dada à divindade Endovélico, como símbolo, quiçá, de uma religiosidade própria da Lusitânia –, livros e artigos saídos de há vinte e poucos

¹ Estou a seguir a notável edição publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1996, com introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes (aqui, na p. 161).

anos a esta parte já vão beber informação a estudos que, paulatinamente, se têm vindo a desenvolver do lado de cá e do lado de lá da fronteira portuguesa.

E talvez valha a pena, a este propósito, fazer aqui um parêntesis: é que todo esse movimento histórico-científico se passou a desenrolar cada vez menos «de costas voltadas», pois depressa se entendeu que a Lusitânia compreendia Portugal e boa parte de Espanha, que a província da Hispânia Citerior abarcava Portugal a norte do Douro, que, enfim, a Hispânia poderia, na verdade, apesar das diversidades – tal como hoje –, ter constituído, há dois mil anos... a Hispânia, um todo! E não constituiria admiração, nesses tempos, que um legado imperial viesse de armas e bagagens, um dia, até ao sopé da Serra de Sintra fazer a sua oferenda ao Sol e à Lua e admirar o supremo mistério de o astro-rei, em sua quente e alaranjada majestade, mergulhar serenamente na linha de um horizonte sem fim...

E não nos admira, portanto, que tenha sido um espanhol a dedicar-se à biografia de um Viriato, que muitos declarariam assumidamente «português».

Muito se tem investigado, pois, nas duas últimas décadas, acerca da problemática subjacente à narrativa que Mauricio Pastor Muñoz sabiamente aqui delineou e a cuja apresentação, naturalmente, se não eximiu. Os sucessivos colóquios sobre línguas e culturas páleo-hispânicas¹; as constantes descobertas de novas epígrafes dando a

¹ Estes colóquios têm-se realizado com regularidade e as suas actas editadas também sem detença. Assim, para não referir todos, direi que o IV Colóquio Internacional de Línguas e Culturas Páleo-hispânicas foi em Vitória, de 6 a 10 de Maio de 1985, e publicaram-se as suas actas no volume 2-3 (1985-1986) da revista *Veleia*, editada pela Universidade do País Basco; o V realizou-se em Colónia (Setembro de 1989): *Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1993; o VI em Coimbra (Outubro de 1994): *La Hispania Prerromana*, Salamanca, 1996; o VII em Saragoça (Março de 1997): *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana* (Salamanca, 1999); o VIII em Salamanca (Maio de 1999): *Religión, Lengua y Cultura Prerromanas de*

conhecer topónimos e etnónimos – já conhecidos, ou não, pelas fontes literárias¹; a constante comparação dos dados arqueológicos, nomeadamente das cerâmicas e suas tipologias; o avanço dos estudos linguísticos chamando à colação os mais diversos argumentos e documentação – tudo isso tem feito com que o universo em que Viriato se movimentou, claramente a época proto-histórica peninsular, se matize, hoje, com bastante claridade.

Resolvidas todas as dúvidas? Fez Viriato dos Montes Hermínios – identificáveis (ou não) com a Serra da Estrela – o núcleo central da sua resistência? Quem eram, afinal, os Lusitanos e como estavam organizados?² É a «cava» de Viseu o que resta de um acampamento romano ou, muito pelo contrário, o vestígio evidente das lutas da Reconquista, já em plena Idade Média, portanto?³ Que significado atribuir ao estranho C invertido que,

Hispania (Salamanca, 2001); o IX em Barcelona (Outubro de 2004), cujas actas estão no prelo; e anuncia-se para Portugal o X, a realizar em 2007.

¹ Nesse âmbito, tem desempenhado papel relevante a revista *Ficheiro Epigráfico*, que se edita em Coimbra desde 1982 (volume 80 em 2005, com mais de trezentas e sessenta novas epígrafes publicadas), assim como a revista *Hispania Epigraphica*, da Universidade Complutense de Madrid (o vol. 11, datado de 2005, dá a conhecer tudo o que se publicou sobre a epigrafia romana peninsular no ano de 2001).

² Sobre os Lusitanos e, de um modo geral, os povos que os Romanos aqui vieram encontrar, tem Jorge de Alarcão publicado nos últimos anos abundante bibliografia, de que destaco: as «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia», que tem vindo a publicar na *Revista Portuguesa de Arqueologia*: I – vol. 7, n.º 1, 2004, pp. 317-342; II – vol. 7, n.º 2, 2004, pp. 193-216; III – vol. 8, n.º 2, 2005, pp. 293-311; IV – vol. 9, n.º 1, 2006, pp. 131-147. Estas notas haviam sido precedidas por dois ensaios: um, intitulado «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n.º 2, 2001, pp. 293-349; o outro, «A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana», *Conimbriga*, XLII, 2003, pp. 5-115.

³ Cf., de Vasco Gil MANTAS, «Arqueologia e História Antiga: dos monumentos aos homens de ontem e de hoje», in José D'ENCARNAÇÃO (coord.), *As Oficinas da História*, Lisboa, 2002, p. 103-129 (sobretudo pp. 118-122);

nas epígrafes do norte, identifica seguramente uma «unidade suprafamiliar», expressão a que Maria de Lourdes Albertos houve por bem recorrer, dada a indefinição de uma orgânica social visível?¹ Será *castellum*? Será *centuria*?² E essas designações étnicas de que divindades como os Lares nos dão conta: os *Cerenaeci*, os *Cairienses*... que significam?³

Um aliciante mundo, enfim, ainda por explorar! E, daí, que, ainda na recente mesa-redonda sobre a Lusitânia e os seus mitos (Cascais, Novembro de 2004), Viriato tem sido contemplado não apenas pelo autor deste livro – com a comunicação «Viriato: história compartilhada, mito disputado» –, mas também por João Luís da Inês Vaz («Viseu e Viriato – mito e realidade») e, de modo especial, pela Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, que fez a conferência inaugural precisamente subordinada ao tema «Entre a História e o Mito: a figura de Viriato».

Maurício Pastor Muñoz traça-nos, pois, aqui, uma panorâmica do «mundo» em que Viriato se movimentou; discute a sua historicidade, a sua figura como guerreiro e o relacionamento que teve com o povo lusitano, aproveitando o ensejo para, nessa ocasião, sintetizar, em pinceladas largas, o que se sabe acerca da sociedade, da economia e da religião dos Lusitanos. Embrenhamo-nos, depois, nos confrontos vários que Viriato teve com Roma, para

e: «Indícios de um campo romano na “Cava de Viriato”?», *Al-madan*, 12, 2004, pp. 40-42.

Anuncia-se a publicação, ainda no decurso de 2006, da obra *A Casa de Viriato: História de uma Paisagem e Valores Patrimoniais*, da autoria de José Manuel Mascarenhas Filipe Themudo Barata.

¹ Cf. Maria de Lourdes ALBERTOS FIRMAT, *Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua*, Valladolid, 1975.

² LE ROUX (Patrick) et TRANOY (Alain), « C , le mot et la chose – contribution au débat historiographique», *Lucerna*, 1984, pp. 239-255.

³ Cf. Luís da Silva FERNANDES, «*Genii, Lares e Tutela* na província da Lusitânia», in RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002, pp. 179-188.

nos interrogarmos, de seguida, sobre quem foi, afinal, esta personagem: o «chefe» dos Lusitanos, um personagem mítico, um herói, um... rei? Que legado, por fim, nos deixou?

A originalidade da obra não reside apenas nessa tentativa (que podemos dizer alcançada) de relatar factos, alinhando-os cronológica e geograficamente (na medida do possível) mas também – e quiçá esta seja a sua maior valia – no circunstanciado cotejo das fontes literárias, que nos levam, alfim, a ver em Viriato, para além da personagem histórica, um exemplar arquétipo vestido pelos historiadores antigos nas sublimes roupagens das suas ideologias.

Cascais, 25 de Abril de 2006

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Professor catedrático da Universidade de Coimbra

PREFÁCIO DA EDIÇÃO ORIGINAL

A conquista romana da Hispânia durou 200 anos, de 218 a. C., data do desembarque dos irmãos Cipiões em Ampúrias, a 19 a. C., quando terminaram as Guerras Cantábricas, enquanto a conquista da Gália por Júlio César só durou de 58 a 52 a. C.

Durante esta conquista tão prolongada, foram muitos os caudilhos hispanos. Os historiadores da Antiguidade transmitiram-nos os nomes de muitos deles. Logo nos primeiros momentos da conquista da Península Ibérica, no ano 237 a. C., Diodoro Sículo, contemporâneo de Augusto, menciona dois irmãos, Istolácio e Indortes, provavelmente celtiberos, que eram, segundo o historiador Tito Lívio, também contemporâneo de Augusto, os mercenários dos povos do Sul em luta contra o general cartaginês Amílcar. Este capturou os dois irmãos e a Indortes tirou-lhe os olhos, torturou-o e crucificou-o.

Os historiadores gregos e latinos referem outros comandantes de bandos autóctones contra os generais romanos durante a Guerra Lusitana (155-136 a. C.). Logo no início, um deles, chamado Púnico, incitou os Vetões a participar na guerra. Púnico conduziu a guerra para a Bética, onde atacou os Blastofenícios, súbditos de Roma, que ocupavam a costa mediterrânica. Morto Púnico, sucedeu-lhe César, que incentivou os Celtiberos a lutar contra Roma.

Outro chefe dos Lusitanos foi Cauceno, cujas tropas percorriam toda a região a sul do Tejo, onde viviam os Lusitanos. Estes atacaram Conistorgis, cidade dos Cónios, aliados dos Romanos, e passaram, depois, para o Norte de África, sitiando a localidade de Ocilis. Os romanos perseguiram-nos e aniquilaram-nos a todos.

Em 141-140 a. C., as fontes antigas mencionam os nomes de outros chefes lusitanos, como Cúrio, Apuleio e Connoba, a quem os Romanos derrotaram e cortaram as mãos.

Depois da morte de Viriato, os Lusitanos continuaram em luta contra Roma, às ordens de um certo Táutalo, chegando mesmo até Cartagena; mas depressa seriam derrotados.

Conhecem-se também os nomes de vários comandantes celtiberos durante a Guerra Numantina (154-133 a. C.). A princípio, é mencionado Megaravico, que o historiador Floro qualifica de muito valente.

No ano de 143 a. C., Retógenes era partidário do general romano. À frente dos Numantinos, nos últimos dias de Numância, esteve Retógenes, que realizou um feito memorável: uma noite, estando a capital cercada por Cipião, conseguiu cruzar a muralha a cavalo com um grupo de seguidores; tentou incitar os Arevacos a lutar, mas estes não se atreveram a segui-lo.

Durante as Guerras Cantábricas, o comandante mais famoso foi Corocota, que se apresentou aos Romanos para cobrar o prémio que ofereciam pela sua cabeça.

No entanto, o caudilho mais célebre e mais perigoso a actuar contra Roma, nos anos da conquista de Hispânia, foi o lusitano Viriato. A sua tática era a guerrilha. Os seus seguidores, montados a cavalo, possuíam uma enorme mobilidade que desconcertava os Romanos. O seu campo de acção abarcava uma área muito ampla do território peninsular. Conhecia muito bem o seu povo e os Romanos, sabendo transformar bandos desordenados de seguidores num exército disciplinado. Embora no mundo antigo a luta de guerrilha seja esporadicamente referida nas campanhas de Alexandre Magno e na guerra de Jugurta, em África, foi, porém, a

Guerra Lusitana dirigida por Viriato, que passou à história como o modelo de guerrilha e assim chegou ao século XX.

O historiador Justino, resumindo o pensamento de Trogo Pompeio, historiador gaulês da época de Augusto, reconhece que, para os Lusitanos, não houve general maior que Viriato. E todos os autores greco-romanos assinalam que era de origem humilde, pastor e salteador, e que viria a ser um grande chefe. São unânimes no elogio à sua virtude e à sua austeridade, salientando que possuía virtudes naturais superiores.

O grande hispanista A. Schulten dizia que Viriato, à semelhança de Armínio e Vercingetórix, Tacfarinas e Decébalos, pertencia à série dos grandes heróis bárbaros populares que uniram as forças dispersas das suas nações para lutarem contra Roma, pela liberdade do seu povo. A morte de Viriato, por traição, significou o fim da resistência ao poder de Roma – que acabaria por impor-se em toda a Península Ibérica.

Fazia falta uma boa monografia do chefe lusitano, bem documentada, dinâmica e completa, que recolhesse todos os dados históricos e fictícios sobre Viriato e que levasse a cabo uma nova análise minuciosa das fontes antigas e das interpretações modernas.

Mauricio Pastor, meu antigo aluno, hoje professor de História Antiga na Universidade de Granada e um magnífico historiador, preencheu amplamente este vazio, pensando também no grande público culto. Neste trabalho, o aluno universitário, o historiador ou, simplesmente, o leitor interessado pela nossa história, encontrará um excelente estudo sobre Viriato, um dos heróis mais emblemáticos e queridos da antiga Hispânia.

A monografia de Mauricio Pastor sobre Viriato é exemplo claro de uma nova forma de enquadrar a história, na qual as fontes ocupam o lugar que lhes corresponde e onde se faz uso de um método histórico rigoroso, permitindo-nos continuar a aprender e a ter prazer com o passado.

Por último, considero que foi muito acertada a decisão da editora *A Esfera dos Livros* de publicar esta monografia sobre

Viriato, o último herói hispano a lutar pela liberdade do seu povo, a quem os próprios Romanos consideraram um exemplo de grande caudilho e que, inclusive, elevaram ao estatuto de «rei».

JOSÉ MARÍA BLÁZQUEZ MARTÍNEZ
Professor catedrático jubilado da Universidade Complutense
Académico de Número da Real Academia de la Historia

INTRODUÇÃO

«Eia, Senhor D. Quixote! Tenha dó de si mesmo, refugie-se no seio da discrição e procure usar da muita com que o Céu foi servido brindá-lo, ocupando o mui feliz talento do seu engenho em leituras outras, que redundem em proveito da sua consciência e aumento de sua honra! E se, apesar de tudo, levado pela sua natural inclinação, quiser ler livros de façanhas e de cavalaria, leia, nas Sagradas Escrituras, o dos Juizes, onde encontrará verdades grandiosas e feitos tão verdadeiros quão destemidos. Teve a Lusitânia um Viriato; Roma, um César; Cartago, um Aníbal; a Grécia, um Alexandre; Castela, o conde Fernán González; Valência, o Cid; Andaluzia, um Gonzalo Fernández; a Extremadura, Diego García de Paredes; Jerez, um Garci Pérez de Vargas; Toledo, um Garcilaso; Sevilha, um D. Manuel de León!... Os seus valorosos feitos constituirão entretenimento, aprendizagem, deleite e admiração aos mais altos engenhos que os lerem! E essa, sim, será leitura digna do bom entendimento de Vossa Mercê, meu senhor D. Quixote! Dela sairá erudito na História, enamorado da virtude, mestre em bondade, aperfeiçoado em costumes, valente sem temeridade, ousado sem cobardia... E tudo isso para honra de Deus, para proveito seu e fama de La Mancha, donde, como é sabido, lhe advém a Vossa Mercê seu princípio e sua origem.»

MIGUEL DE CERVANTES,
Dom Quixote, cap. XLIX

Com estas palavras, o cónego aconselhava Dom Quixote a ler os feitos dos grandes personagens históricos, com os quais poderia deleitar-se, retirar deles amplos benefícios e esquecer as gestas dos cavaleiros andantes. Entre esses grandes personagens, cita Viriato.

E eu, leitor, seguindo os conselhos de Cervantes, ponho em tuas mãos esta biografia de Viriato para que conheça as suas façanhas e tenha prazer com a sua leitura.

Num trabalho anterior (ed. Alderabán, Madrid, 2000), referi que não é nada fácil escrever a vida e feitos de um personagem como Viriato, metade história, metade lenda. Trata-se, efectiva-

mente, de tarefa difícil e complicada, exposta a todo o tipo de críticas, resultantes, precisamente, dessa dualidade entre ficção e realidade. O meu estudo do personagem parte da análise rigorosa da documentação antiga, sem esquecer, porém, as lendas, tanto as antigas como as modernas, que a sua personalidade gerou.

Muito se tem escrito sobre as façanhas de Viriato, quer sobre as verdadeiras quer sobre as falsas. E como ocorre com todos os grandes homens, a sua vida transformou-se em lenda, e as lendas, regra geral, são injustas até para com aqueles a quem pretendem glorificar.

Procurei separar os factos correctos e históricos dos lendários e fictícios, mas nem sempre tal é possível. Em Viriato, a lenda faz parte da sua própria vida e é tão importante e necessária quanto os factos reais. Com estes, a lenda surge também misturada, mostrando, sobretudo, a personalidade do nosso herói e o ambiente em que se movimentou, e revelando, portanto, parte da verdade exacta dos acontecimentos. Viriato é um dos grandes heróis históricos em que se torna difícil distinguir onde acaba a história e onde começa a lenda. São fictícios muitos dos dados que os historiadores e analistas romanos transmitem, encobrendo também parte da realidade histórica.

Com factos e lendas, reconstruí a biografia de Viriato. O que se encontra narrado é aquilo que, actualmente, sabemos sobre o personagem. Esta biografia não pretende ser exaustiva, mas sim completa, narrando os feitos e façanhas mais notáveis da vida de Viriato. Uma biografia crítica, baseada em toda a documentação conhecida, citada na bibliografia final.

Viriato é um personagem histórico transformado em lenda. Viveu numa época em que ainda não existiam Espanha nem Portugal. Por isso, não se pode fazer dele uma questão nacionalista ou regionalista. Pouco importa o lugar onde nasceu: Viriato não foi nem português nem espanhol, mas sim lusitano, ou seja, de uma província hispana a que os Romanos chamaram Lusitânia e cuja delimitação exacta é ainda hoje controversa.

Viriato surge na documentação histórica durante as Guerras Lusitanas e Celtibéricas que os Romanos mantiveram na Hispânia, concretamente nas campanhas contra Caio Vetúlio, quando os Lusitanos o elegem como chefe. Sabemos que foi um dos sobreviventes da matança perpetrada pelo pretor Galba, mas ignoramos a data e o lugar do seu nascimento, assim como os seus primeiros anos de vida, embora a tradição histórica o tenha sistematicamente convertido num pastor de gado das montanhas lusitanas, tese que actualmente é rejeitada. Os traços da sua personalidade encontrados nos autores antigos, que o apresentam como um homem sóbrio, enérgico, justo e fiel à palavra dada, com absoluto desprezo por luxos e confortos e, sobretudo, como um excelente estratega militar, levam-nos a pensar mais num verdadeiro político, chefe militar indiscutível dos Lusitanos e defensor da sua liberdade, do que num rude pastor de montanha.

Apresentar Viriato como defensor de uma certa unificação política e militar contra o poder de Roma e criador possível de uma monarquia na Lusitânia – cujo território não detinha unidade nem social nem política –, talvez possa parecer exagerado. No entanto, a verdade é que a acção de Viriato, tanto militar e diplomática como social, fez com que, sob o seu comando, se mobilizassem contra Roma todos os povos vizinhos. Foi o primeiro lusitano a estar à frente de um corpo de guerreiros integrado por gentes de diversas tribos, e durante o tempo da sua acção militar não houve nenhum caso de indisciplina nas suas tropas – facto surpreendente, tratando-se de um «exército bárbaro», no dizer dos Romanos.

A historiografia antiga apresenta Viriato como uma personalidade forte e aglutinadora, semelhante à de outros chefes militares, como Aníbal ou Sertório, ou mesmo como o grande Pompeio ou o próprio Júlio César. Graças à sua personalidade, manteve-se durante mais de oito anos à frente dos Lusitanos, não apenas como chefe, mas como «rei» – assim o reconheceram o Povo e o Senado romanos. A sua rapidez de pensamento, com-

preensão e actuação, assim como os seus dotes de coordenação não se limitam ao nível militar, mas dizem respeito, também, a outros aspectos da sua vida, como a justiça na divisão dos despojos de guerra, a simplicidade no vestir, a sobriedade no comer, o desprezo pela riqueza e pelo luxo, a atitude perante o perigo e as inclemências do tempo. Compreende-se, assim, que um homem como ele não fosse apenas amado pelas qualidades militares mas também pelos seus êxitos.

A influência da sua personalidade nos conterrâneos seria, decerto, fascinante. É o que se pode deduzir do magnífico funeral que o exército lhe consagrou, após a sua morte por traição dos próprios camaradas de armas, naturais de Urso. Os assassinos não receberam recompensa, pois o Senado romano considerou a sua acção indigna. A célebre frase: «Roma não paga a traidores», embora notável, é, contudo, apócrifa; não passa de uma invenção da historiografia posterior, mas que capta perfeitamente o sentido da versão tradicional, recolhida em Apiano, Eutrópio, Orósio e Suídas, que defende que os Romanos declararam que nunca tinham aprovado que um chefe morresse às mãos dos seus próprios soldados. Decerto, foi esta a versão apresentada muito mais tarde, para tentar ocultar a vergonha causada pela culpa por tais acções.

Viriato, homem da sua época, faz parte de uma sociedade fundamentalmente guerreira, sobre a qual sabemos muito pouco. Sabemos algo sobre o sistema familiar, a propriedade da terra e a posição da mulher, mas torna-se impossível distinguir grupos profissionais ou classes sociais; sabemos também que os guerreiros dispunham de armas de ferro, de torques e de diademas cuidadosamente trabalhados, mas desconhecemos quem as fabricava, a sua situação social e económica ou se havia gente especializada nesse fabrico.

A organização familiar era de carácter gentilício: os indivíduos encontravam-se unidos entre si em função dos laços estabelecidos pela consanguinidade ou parentesco e não pelo território ou

lugar que ocupavam. Os laços de sangue eram mais importantes do que os estabelecidos por alianças familiares.

Era uma sociedade aristocrática. O poder político e social e a riqueza acumulavam-se nas mãos de um grupo reduzido de pessoas. Estes aristocratas dedicavam-se principalmente à guerra e representavam um grupo muito hierarquizado. O seu estatuto social reflectia-se na posse de uma panóplia completa de guerreiro, bem conhecida através das fontes clássicas, da arte, da arqueologia e da ourivesaria, testemunhos que comprovam a existência de uma hierarquia entre os guerreiros. Por um lado, existiam os que dispunham de armamento mais pesado e completo e que combatiam a cavalo; por outro, os guerreiros armados de forma mais ligeira e que combatiam a pé.

Como em muitas outras sociedades antigas, a via mais segura para subir na escala social era a guerra. Mas quantos aspirantes à promoção social tombaram na tentativa? Quantos seriam capazes de evitar os perigos de uma vida dedicada à guerra? A guerra era o caminho para a promoção social, mas um caminho duríssimo e arriscado, no qual só alguns poderiam ter êxito, mesmo que efémero. E este foi, precisamente, o caso de Viriato. Conhecemos outros chefes que estiveram à frente do exército lusitano, mas nenhum conquistou a sua fama.

O cargo de chefe não era hereditário nem havia possibilidade de sucessão: a nomeação era feita por eleição e, para esta, contribuíam qualidades pessoais como a coragem ou a destreza na batalha.

Viriato tornou-se o líder de um dos bandos de guerreiros lusitanos que se dedicavam à guerra como único ofício e que viviam à margem da sociedade. A consolidação do seu poder ocorreu quando o Senado o nomeou *amicus populi romani* e reconheceu o seu domínio sobre todas as terras que possuía na Lusitânia. Com esta declaração, Roma colocava Viriato ao mesmo nível que outros destacados reis aliados. Assim, a sociedade lusitana transformara-se e evoluíra para formas políticas mais complexas,

que assumiram a figura da monarquia, encabeçada pelo próprio Viriato.

Em conclusão, por tudo o que Viriato representou na história da Península Ibérica, conhecer a sua vida e época é conhecer uma parte importante da história de Portugal. Foi precisamente nessa época e por obra de Viriato que se produziu a primeira tentativa de resistência organizada e o último esforço dos Lusitanos de oposição a Roma. A sua posterior derrota significaria o fim da resistência à lei romana, que acabaria por impor-se em toda a Península Ibérica.

O livro, apesar de se ater ao rigor histórico, tem um carácter eminentemente de divulgação. Para facilitar a leitura, prescindiu das notas de rodapé, de um aparato crítico exaustivo e de muitas referências bibliográficas, que dificultam uma leitura continuada. Em contrapartida, incluí muitos textos antigos com tradução em português para que o leitor conheça a versão original tal como ela saiu da pena dos autores greco-latinos, embora sob a forma traduzida.

Uma cronologia referente aos acontecimentos abordados no livro e uma selecção bibliográfica, imprescindível e necessária, servem de complemento ao que é narrado.

Por último, quero manifestar o meu agradecimento a José María Calvín por me ter dado a possibilidade de publicar a biografia de Viriato nesta magnífica editora, La Esfera de los Libros, que tanto contribui para o conhecimento da nossa história entre os seus leitores.

Granada, 30 de Dezembro de 2003

A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO II A. C.

Roma e Cartago em luta pelo domínio da Hispânia

A conquista romana da Hispânia e o interesse dos políticos romanos pelo território hispano foi consequência do confronto entre as potências romana e cartaginesa pelo domínio do Mediterrâneo ocidental. As Guerras Lusitanas estão estreitamente ligadas às Guerras Púnicas. O combate entre Roma e Cartago pela posse da Península Ibérica é de importância vital para compreender o século II a. C., porquanto vai determinar grande transformação política, social e económica. Mudança que se produziu graças a dois factores fundamentais: a conquista e exploração do território hispano por parte de Cartago e a conquista e a exploração do território por parte de Roma. As cidades indígenas hispanas irão sendo agregadas, pouco a pouco, ao regime político, social e económico típico de todas as cidades-estado mediterrânicas.

A conquista da Hispânia por Roma, desde o ano 218 a. C., teve como propósito inicial impedir o envio para Itália de reforços a Aníbal e ajudar os indígenas a expulsar os Cartagineses, com o fim de os despojar de todas as suas principais fontes económicas e humanas. Mais tarde, este mesmo potencial económico (sobretudo a exploração mineira) será o principal factor a

levar o Senado romano a tomar a decisão de manter a posse das terras ocupadas.

A contenda entre Roma e Cartago irá estender-se a todo o mundo mediterrânico, já que Roma, com a riqueza obtida pela exploração da Península Ibérica, terá uma base económica suficiente para dominar e conquistar a Grécia e o Oriente. Com estas anexações, o mundo helénico irá provocar um grande impacto no mundo ocidental, sobretudo na Hispânia.

Com a morte de Alexandre, o seu Império desintegra-se e duas cidades do Mediterrâneo ocidental – Roma e Cartago – irão, no princípio do século III a. C., aspirar a consolidar um novo Império.

Roma subjugara progressivamente todos os povos da Itália continental e, no ano de 278 a. C., conquistara Tarento, poderosa cidade grega da Itália meridional. Depois disto, os alvos serão as ricas cidades gregas da Sicília, tendo assim que enfrentar Cartago para alcançar os seus propósitos.

Cartago apoia-se, principalmente, no domínio comercial do Mediterrâneo para avançar nas costas atlânticas, consolidando, no século IV a. C., o seu poder comercial na Sicília, Córsega, Sardenha, Norte de África e costas meridionais da Península Ibérica.

Durante a primeira guerra púnica, Roma arrebatou a Cartago o poder sobre a Sicília, a Córsega e a Sardenha. A partir dessa altura, os Cartagineses procurarão uma vingança militar e novas fontes de metais preciosos para refazer a economia. A Península Ibérica será o novo objectivo, onde irá consolidando o poderio económico e humano. Este facto alarmará Roma e as cidades gregas do Mediterrâneo ocidental.

Aníbal, ignorando o Tratado do Ebro, conquista Sagunto e, deste modo, a guerra com Roma tornou-se inevitável. Era a Segunda Guerra Púnica (218-202 a. C.).

A Segunda Guerra Púnica na Bética

O principal objectivo de Roma será arrebataram aos Cartagineses as grandes riquezas económicas e humanas que a Península Ibérica lhes proporcionava, através do domínio da costa mediterrânica ibérica.

Aníbal inicia em Cartago a marcha rumo à Itália; ao abrir caminho pelo Ebro, algumas tribos, próximas de Roma, ofereceram-lhe resistência, mas saíram derrotadas. Nesta região, deixou uma parte do exército às ordens do seu irmão Asdrúbal, para manter a ordem e impedir um desembarque romano na Hispânia.

Perante a surpreendente chegada de Aníbal a Itália, Públio Cornélio Cipião, que se encontrava em Marselha, dividiu o seu exército em dois: uma parte das tropas ficaram em Marselha e as outras saíram ao encontro de Aníbal, que descia pelos Alpes. As tropas romanas foram sucessivamente derrotadas no Tessino e na Trébia, no Trasimeno e em Canas.

Entretanto, Roma inicia o contra-ataque na península: Cipião, o *African o*, expulsa os Cartagineses e deixa os seus tesouros, terras e mercenários nas mãos de Roma.

Em Agosto de 218 a. C., Cneu Cipião desembarca em Ampúrias para enfrentar Asdrúbal e Hanão, irmãos de Aníbal, com a esperança de aumentar o seu modesto exército com as tribos vizinhas e com os mercenários gregos. Conquista Ampúrias e depois Tarragona, onde passa o Inverno com o exército. A cidade tornou-se o mais firme bastião dos exércitos romanos. Porém, a situação era precária: os exércitos púnicos continuavam a ser superiores e o aprovisionamento de víveres muito deficiente.

No ano seguinte, ocorreu a batalha do Ebro com nova vitória romana, o que levou à deserção de muitos barcos comandados por Asdrúbal e à rebelião das gentes da Bética. Enquanto isso, os Romanos consolidam a sua posição no Ebro e procuram conquistar seguidores entre os indígenas.

Durante o ano de 216 a. C., a situação na Hispânia é muito comprometedor para as duas potências: os Romanos não podiam arriscar o exército e os Cartagineses deparavam com sucessivas rebeliões dos seus aliados. Asdrúbal conseguiu reprimir as rebeliões, mas teve de pedir ajuda a Cartago, que enviou tropas comandadas por Himilcão. Asdrúbal decidiu, então, conduzir a ofensiva para norte, com o objectivo de passar o Ebro e ir a Roma em auxílio de Aníbal.

No entanto, os Romanos não estavam dispostos a facilitar-lhes as coisas. Roma decidiu reforçar as tropas na Hispânia e os Cipiões sitiaram a cidade cartaginesa de Himera, no vale do Ebro, onde ocorreu uma violenta batalha campal de que os Romanos saíram vitoriosos.

Posteriormente, continuaram a avançar para leste, com a intenção de controlar as passagens até à Serra Morena, de onde saía o dinheiro que os Cartagineses utilizavam para a guerra. Tomaram Sagunto, enquanto Cástulo passou para o lado romano, levando Cartago a perder um dos seus mais importantes centros mineiros.

Em 211 a. C., a situação da Hispânia complicar-se-ia com a morte dos Cipiões, que morreram, juntamente com o exército, às mãos de Asdrúbal Giscon e Magon. Os Romanos tiveram de refugiar-se atrás da linha do Ebro e renunciar às avultadas receitas e às alianças com os povos do sul. No entanto, os chefes púnicos não souberam aproveitar esta situação crítica para expulsar os Romanos da Hispânia.

Fim do domínio cartaginês na Hispânia

Perante a situação, Roma enviou Públio Cornélio Cipião, o *Africano*, para a Hispânia, que, após desembarcar em Ampúrias, se dirigiu para Tarragona, ao encontro do seu exército.

Inicia-se, com ele, uma série de operações, que acabarão com o domínio cartaginês na Península. A primeira cidade a cair será

Nova Cartago, o grande bastião militar e centro económico púnico. A sua queda teve sérias consequências em termos estratégico-militares e económicos, visto que privava os Cartagineses de um ponto básico das comunicações com o Mediterrâneo e lhes retirava uma região muito produtiva em prata, sal e esparto. Roma, com o saque obtido, remediava, de algum modo, a sua crise económica e garantia relações de amizade com os povos hispanos.

Depois da conquista de Nova Cartago, os Romanos decidiram atacar Bailén, com a intenção de estender o seu domínio até à Serra Morena e, a partir daí, dirigirem-se para a Bética. Com esta vitória, vingaram a morte do pai de Cipião e conseguiram um ponto estratégico importante para o acesso à Bética, ratificando também a fidelidade ibérica à causa romana, mediante a libertação dos prisioneiros aliados de Cartago.

Por seu turno, após a batalha, Cartago começou a reorganizar o exército na Hispânia, com novas tropas de mercenários africanos e celtibéricos sob as ordens de Asdrúbal Giscon. Mais uma vez, eclodiram as hostilidades: os exércitos enfrentaram-se em Ilipa, numa batalha campal que terminou com a derrota total do exército cartaginês, que se retiraria para Gades. A cidade passou a ser a última fortaleza cartaginesa na Hispânia.

A derrota púnica de Ilipa foi definitiva para o futuro da Hispânia. Os Cartagineses perderam progressivamente os aliados hispanos, que passaram para o lado romano, e os chefes romanos subjugaram a Bética, libertando os Hispanos dos Cartagineses.

Cipião, após a vitória, retirou-se para Roma; mas voltaria novamente, para expulsar os Cartagineses de Gades, subjugar os Iberos, sublevados durante a sua ausência, e organizar os territórios conquistados.

Quando Roma descobre a riqueza da Hispânia, decide manter a sua ocupação e encarrega Cipião da organização e exploração dos seus recursos económicos. Cipião procedeu à ocupação das cidades, que perderam a sua condição de aliadas e se tornaram súbditas de Roma, o que provocou um forte mal-estar

entre indígenas e Romanos, o que se traduziu, mais tarde, em múltiplas rebeliões, resolvidas com a conquista romana de Cádiz e a assinatura de alguns pactos. A partir de então, Cádiz foi considerada uma cidade federada.

Nos finais de 206 a. C., Cipião voltou a Roma, mas, antes, fundou Itálica, com soldados licenciados. Itálica foi a primeira cidade hispana integrada por cidadãos romanos; a sua missão era servir de baluarte de defesa dos interesses de Roma. Os habitantes, que gozavam de um alto nível de vida, tinham todos os privilégios dos cidadãos romanos. A partir de então, a Hispânia começou a ser considerada parte integrante do Estado romano e como região onde era necessário ampliar territórios.

As províncias romanas da Hispânia

Depois da expulsão dos Cartagineses, os Romanos lançaram-se numa empresa imperialista para aproveitar as enormes riquezas com que a Hispânia os brindava. A acção dos governadores romanos deu lugar a abusos, espoliações e violações que prejudicaram gravemente os nativos. Tudo isso, juntamente com a obrigação de pagar pesados impostos anuais, acabou por despertar o espírito de rebelião dos indígenas. A ganância e a inexperience dos governadores romanos, a anuidade do cargo e o escasso conhecimento do mundo autóctone provocaram graves desordens entre a povoação; o Senado romano tentou acabar com estes abusos, mas fracassou por completo.

Depois do triunfo definitivo de Roma sobre Cartago, o Senado e a oligarquia patricia romana começaram a reorganizar as terras conquistadas. As terras hispanas eram muito ricas, mas estavam muito afastadas entre si e ameaçadas pelos Celtiberos (Meseta Norte) e pelos Lusitanos (Meseta Sul).

Roma dividiu, pois, os territórios hispanos em duas províncias: Hispânia Citerior, a mais próxima de Roma, e Hispânia Ulterior,

a mais afastada. A fronteira situava-se na linha de Nova Cartago – Cástulo. Para as governar, foram destinados dois magistrados com *imperium*, na qualidade de procônules.

Tiveram, desde muito cedo, de fazer frente a rebeliões de indígenas, como as dos Ilergetas, Lacetanos e Ausetanos (a sul do Ebro), que protestavam contra os pesados impostos que eram obrigados a pagar. A derrota das tribos terminou em duras condições.

Nos anos seguintes, chegaram a Hispânia novos governadores para as duas províncias, que prosseguiram uma política idêntica contra os indígenas.

Em 197 a. C., o Senado tentou nova experiência na organização das províncias. Tuditano, na Citerior, e Hélvio, na Ulterior, foram os primeiros a desempenhar o cargo de pretores com poderes proconsulares. A sua missão era delimitar as fronteiras entre as duas províncias. Mas o seu trabalho de pacificação fracassou e, uma vez mais, ocorreram sublevações de povos indígenas; a rebeldia estendeu-se até Carmo, Sexi, Málaga e parte da Bastetânia, à frente da qual estava o régulo Culcas.

No ano seguinte, Catão veio a Hispânia para resolver os problemas hispanos, através da força e da diplomacia política. Desembarcou em Rosas, à frente de um grande exército consular, e instalou os seus acampamentos em Ampúrias, com a intenção de acabar com as insurreições. Depois de algumas vitórias na Citerior, dirigiu-se para a Ulterior, onde a situação era mais crítica. A conquista de Ilitúrgi, que fazia o controlo mineiro da Serra Morena, pôs fim à rebelião da Ulterior. Voltou novamente para a Citerior, cruzando o Tejo e, através do território carpetano, dirigiu-se para a região dos Celtiberos a fim de os impedir de auxiliar os Turdetanos. Após a vitória, regressou a Roma, onde foi condecorado pelos seus triunfos.

O seu mandato caracterizou-se por um controlo absoluto dos territórios subjogados e pela organização sistemática da exploração económica. Lançou elevados impostos sobre as minas de

ferro e de prata, controladas pelo Estado romano e exploradas por adjudicação através de uma taxa fixa para cada cidade. Obrigou os indígenas hispanos a descer aos vales para desempenharem tarefas agrícolas e de pastorícia; desenvolveu uma política de pactos e estabeleceu acampamentos romanos em pontos estratégicos.

Após Catão deixar a Hispânia, começaram os primeiros confrontos com os Celtiberos e Lusitanos. O principal objectivo era defender as ricas e produtivas terras do Ebro, do Levante e da Bética, visto que os extremos da Meseta eram deficitários em terrenos e as gentes toscas e rudes.

Estes povos foram transformando a sua vida nómada e pastoril em sedentária e agrícola. A divisão de terras prejudicou, sobretudo, os jovens, a quem apenas restavam o mercenarismo e o bandoleirismo como meios de vida.

Os Lusitanos serão os primeiros a causar problemas a Roma com as suas incursões e saques sistemáticos às ricas cidades turdetanas. Entre 193 e 180 a. C., registam-se várias acções por parte dos cônsules romanos contra os Lusitanos, numa demonstração de que a paz de Catão não era uma realidade.

Com a sua penetração na Ulterior e as anexações na Celtibéria, os Romanos decidiram consolidar definitivamente estes territórios, para efectuarem uma exploração económica mais intensa e ordenada. Com este propósito, chegou à Hispânia Tibério Semprónio Graco. As suas tropas concentraram-se no Alto Guadalquivir e, daí, desceram para sul, conquistando a região do Munda. Avançou pelo Genil e Serra Nevada até à costa meridional e apoderou-se de Cértima. Mais tarde, penetrou na Carpetânia, subjugou definitivamente os Celtiberos e fundou a colónia de Gracuris.

Graco consolidou as fronteiras estabelecendo guarnições militares, *castella* e colónias. Conduziu uma política de paz e de alianças com as tribos, para assegurar as fronteiras. Não obstante, fê-los pagar impostos, prestar serviço militar, como tropas

auxiliares, e obrigou-os a não fortificar as cidades. Para controlar os centros mineiros, fundou a colónia de Iliturgi, a que deu o estatuto jurídico de aliada.

A partir de então, decorreu um dos escassos períodos de paz desta época na Hispânia. Acudiram em massa à região emigrantes itálicos, que contribuíram para a transformação económica e social das regiões do vales do Ebro e do Guadalquivir; mas também apareceram muitos homens de negócios, cobradores de impostos e arrendatários de minas, cujo comportamento deu lugar a novas sublevações e consequentes intervenções do Senado.

O Senado, para evitar tais abusos, nomeou Canuleio como juiz e fixou o preço do trigo. Canuleio fundou a cidade de Car-teia, com os filhos que os soldados romanos haviam tido de indígenas hispanas; foi, por isso, chamada «colónia de libertos», recebendo os habitantes terras e a condição jurídica de cidadãos latinos.

Um pouco mais tarde (168 a. C.), o pretor Cláudio Marcelo fundou a colónia de Corduba, também chamada Patrícia. Foi formada com colonos vindos de Itália, antigos legionários licenciados, comerciantes, indígenas com direito de cidadania e nobres hispanos. Esta convivência de romanos e de hispanos é uma demonstração sólida da grande romanização que então se produzia na Bética.

Faltava muito pouco para que surgisse no cenário histórico a figura de Viriato.